



Levantamento foi apresentado na Câmara Municipal de SP

Pesquisa mapeia viagens de bike e discute mobilidade em São Paulo

A Câmara Municipal de São Paulo sediou, na quinta-feira (13), um evento sobre mobilidade urbana que apresentou dados atualizados sobre as viagens de bicicleta na capital. O levantamento foi apresentado pela Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo durante encontro que também discutiu o deslocamento de pedestres. A atividade abordou medidas para ampliar a participação da bicicleta no sistema de mobilidade da cidade. Entre os objetivos debatidos está o cumprimento da meta de alcançar 4% das viagens realizadas por bicicleta até 2030. O percentual consta do Panclima (Plano de Ação Climática do Município de São Paulo). O encontro foi realizado com apoio da vereadora Renata Falzoni (PSB) e reuniu representantes ligados ao tema da mobilidade urbana. Números do fluxo de pedestres também foram discutidos.

Câmara sedia cursinho preparatório gratuito

Professores das redes municipal e estadual participaram neste sábado (15) de um curso preparatório gratuito para a Prova Nacional Docente (PND), realizado no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo. A atividade foi organizada pelo coletivo Educação em Primeiro Lugar, por iniciativa do vereador Celso Giannazi (PSOL). O encontro teve como foco a preparação de profissionais da educação para a avaliação nacional. Os participantes acompanharam uma aula sobre letramento literário e formação de leitores.



Prova é destinada a quem quer participar de processos seletivos

Encontro da Frente Parlamentar da Capoeira

A Frente Parlamentar em Prol da Capoeira da Câmara Municipal de São Paulo reuniu-se, nesta quinta-feira (13/08), para discutir políticas públicas voltadas à valorização da prática na capital paulista. O encontro contou com a presença de parlamentares, mestres da modalidade, produtores culturais e representantes da comunidade. O foco central do debate foi a implementação de um projeto piloto para a introdução da capoeira na rede municipal de ensino, além da ampliação de editais de fomento pelas secretarias de Cultura e Esportes.

Mecanismos para suporte estatal à prática

O colegiado busca mecanismos para assegurar suporte estatal à prática, reconhecida como patrimônio cultural. Segundo os participantes, a inserção da capoeira nas escolas não visa apenas o ensino da luta, mas também trabalhar aspectos como história, disciplina, respeito e cidadania. O vereador Eliseu Gabriel (PSB), proponente da Frente, destacou a necessidade de transformar a iniciativa em política de Estado.

Circuito Spcine I

O Circuito Spcine teve uma programação especial de filmes e documentários neste domingo (16), como parte do Festival do Patrimônio de São Paulo. As sessões foram realizadas gratuitamente na Biblioteca Roberto Santos, no CC Cine Olido e na Sala Paulo Emílio, do Centro Cultural SP. As sessões abordaram temas como memória.

Circuito Spcine II

A programação inclui os documentários “Estou aqui: vidas negras na cidade de São Paulo” e “Perus ontem e hoje: a periferia é o centro”, do projeto História Oral em Tela, do Museu da Cidade de São Paulo. Também serão exibidos os filmes “Cine Marrocos”, “Diz a Ela que Me Viu Chorar” e “Era o Hotel Cambridge”. A entrada é gratuita.

Mulheres transformam I

A Câmara de SP realizou a cerimônia “Mulheres que Transformam”, que homenageou mais de 70 mulheres por trabalhos desenvolvidos em benefício da sociedade. O evento contou com o apoio do vereador Carlos Bezerra Jr. (PSD). A iniciativa teve como objetivo reconhecer profissionais que atuam em diferentes áreas com ações sociais.

Mulheres Transformam II

Durante a cerimônia, também foram destacadas trajetórias relacionadas à participação feminina e à atuação em projetos voltados à sociedade. A solenidade foi realizada na sede do Legislativo paulistano e integrou a programação de eventos da Câmara. Segundo a organização, a homenagem buscou dar visibilidade às contribuições.

Obras recuperadas I

Oito gravuras do artista francês Henri Matisse, levadas durante um assalto à Biblioteca Mário de Andrade no final de 2025, foram encontradas nesta quinta-feira (13) em São Bernardo. Elas são parte de um acervo avaliado em R\$ 1 milhão, desaparecido desde o crime, em dezembro do ano passado. Cinco obras de Candido Portinari seguem desaparecidas.

Obras recuperadas II

Investigações apontaram Laéssio Rodrigues de Oliveira como mentor intelectual por trás do planejamento. O grupo envolvido no assalto também incluía outros comparsas que já foram detidos. As peças integravam uma exposição especial na biblioteca. Especialistas destacaram a importância histórica e cultural do que foi recuperado.



Sede principal da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital

Justiça bloqueia R\$ 1 bi por suspeita na luz da capital

Decisão atinge agentes públicos e empresas sob investigação por fraude

Da **Redação**

A Justiça de São Paulo determinou o bloqueio de até R\$ 1,026 bilhão em bens de agentes públicos e empresas investigados por suspeitas de irregularidades na parceria público-privada (PPP) responsável pela iluminação pública da capital. A decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) atende parcialmente a um pedido do Ministério Público de São Paulo (MP-SP).

Segundo a ação, o bloqueio busca garantir ressarcimento aos cofres públicos e o pagamento de multa, caso as acusações sejam confirmadas. O Ministério Público estima em R\$ 513,3 milhões o possível prejuízo causado ao município. Valor igual corresponde à multa solicitada na ação.

As suspeitas estão relacionadas à licitação para definir a empresa responsável pela modernização, manutenção e operação da iluminação pública. O contrato foi firmado em 2018, com valor inicial de cerca de R\$ 6,9 bilhões. A investigação questiona a condução do processo e aponta possíveis favorecimentos a empresas que participaram da disputa.

O Ministério Público também contesta alterações feitas posteriormente no contrato. Uma delas acrescentou servi-

ços relacionados à rede semafórica da cidade, ampliando o escopo da parceria sem uma nova licitação. Para a Promotoria, a mudança teve impacto financeiro e deve ser analisada junto às demais suspeitas apresentadas no processo.

A ação envolve agentes públicos que participaram de etapas da contratação e empresas relacionadas à parceria. Os nomes dos investigados não são citados nesta reportagem. A decisão não representa uma conclusão definitiva sobre a responsabilidade dos envolvidos, que ainda poderão apresentar defesa e recorrer das medidas determinadas pela Justiça.

Além do bloqueio patrimonial, o MP pediu a anulação do contrato e o afastamento de integrante da administração pública ligado à fiscalização da parceria. Parte dos pedidos não foi acolhida pelo tribunal neste momento.

A Prefeitura de SP e a estrutura municipal responsável pela regulação do serviço sustentam que o contrato é acompanhado e fiscalizado. As administrações envolvidas afirmam que as obrigações previstas na parceria continuam sendo cumpridas e colaboram com as apurações. Com a ação, os bens atingidos ficam indisponíveis até nova decisão judicial.